

**ORIENTAÇÕES DE APOIO AO USO DE TECNOLOGIA NA CRIAÇÃO E
MANUTENÇÃO DOS SÍTIOS DAS ESCOLAS**

VERSÃO PRELIMINAR

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO DE APOIO AO USO DE TECNOLOGIAS**

**ORIENTAÇÕES DE APOIO AO USO DE TECNOLOGIA NA CRIAÇÃO E
MANUTENÇÃO DOS SÍTIOS DAS ESCOLAS**

VERSÃO PRELIMINAR

**CURITIBA
SEED-PR
2010**

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte.

Elaboração

Solange Reiguel

Revisão de texto

Barbara Reis Chaves Alvim

Orly Marion Webber Milani

Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

Assessoria pedagógica

Flávia Motta Lima

Capa

Projeto Gráfico

Diagramação

Impressão

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Superintendência de Educação
Diretoria de Tecnologia Educacional
Coordenação de Apoio ao Uso de Tecnologias
Rua Salvador Ferrante, 1.651 – Boqueirão
CEP 81 670-390 – Curitiba – Paraná

IMPRESSO NO BRASIL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Carta ao professor

Hoje, a inclusão sociodigital nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná passa a se configurar em uma realidade por meio da rede de inovações tecnológicas, que se efetiva num trabalho que segue a política educacional do Estado de melhoria da qualidade da educação para todos.

A Secretaria de Estado da Educação, desde 2003, realiza diversas ações que visam, além da inclusão sociodigital, a integração de mídias e a educação a distância como alternativas metodológicas para o aprimoramento da prática pedagógica. Essas ações estão pautadas nos seguintes princípios:

- defesa da Educação como direito de todos os cidadãos;
- valorização dos profissionais da Educação;
- garantia de escola pública, gratuita e de qualidade;
- atendimento à diversidade cultural;
- gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

Tais princípios se concretizam no projeto político-pedagógico das escolas, nas práticas escolares e nos espaços democráticos de discussão, implementação e divulgação de ações. Nesse sentido, entendemos que disponibilizar a todas as escolas, no Portal Dia-a-dia Educação, uma página eletrônica possibilita tornar seu trabalho e suas práticas visíveis para toda comunidade.

Temos um estado com diversidades sociais, geográficas, históricas e culturais, e as páginas das escolas também permitem o registro e o resgate dessas identidades regionais, fundamentados numa compreensão de totalidade do processo educativo.

Alayde Maria Pinto Digiovanni
Superintendente da Educação

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR), por meio da Diretoria de Tecnologia Educacional (Ditec) e em parceria com a Companhia de Informática do Paraná (Celepar), gerencia o sistema Rede Escola, responsável pela criação e manutenção das páginas, dedicadas aos colégios, escolas e centros estaduais de educação para jovens e adultos do Paraná.

A criação dos sítios tem por objetivo possibilitar às escolas a visibilidade de suas ações, a ampliação da comunicação e da troca de experiências e a divulgação de informações no âmbito da gestão pedagógica, técnica e administrativa. Toda comunidade escolar pode fazer uso desse espaço dentro dos princípios da gestão democrática e do incentivo e valorização da produção docente.

Sendo assim, além de oportunizar o acesso às tecnologias, identificamos a necessidade de realizar a orientação para a criação e manutenção das páginas dos sítios das escolas. Para tanto, capacitamos os Assessores da Coordenação Regional de Tecnologia na Educação (CRTE) para dar suporte às escolas e produzimos este manual, que visa orientar o administrador das páginas do sítio para que a sua manutenção seja feita de forma criativa, crítica, coerente e responsável.

A Seed-PR, dessa forma, busca contribuir com a inclusão sociodigital e com o uso efetivo dos recursos tecnológicos presentes nas escolas: Laboratório Paraná Digital, TV Paulo Freire, TV Multimídia, entre outros.

Elizabete dos Santos
Diretora de Tecnologia Educacional

Marcos Cesar Cantini
Coordenador de Apoio ao Uso de Tecnologias

SUMÁRIO

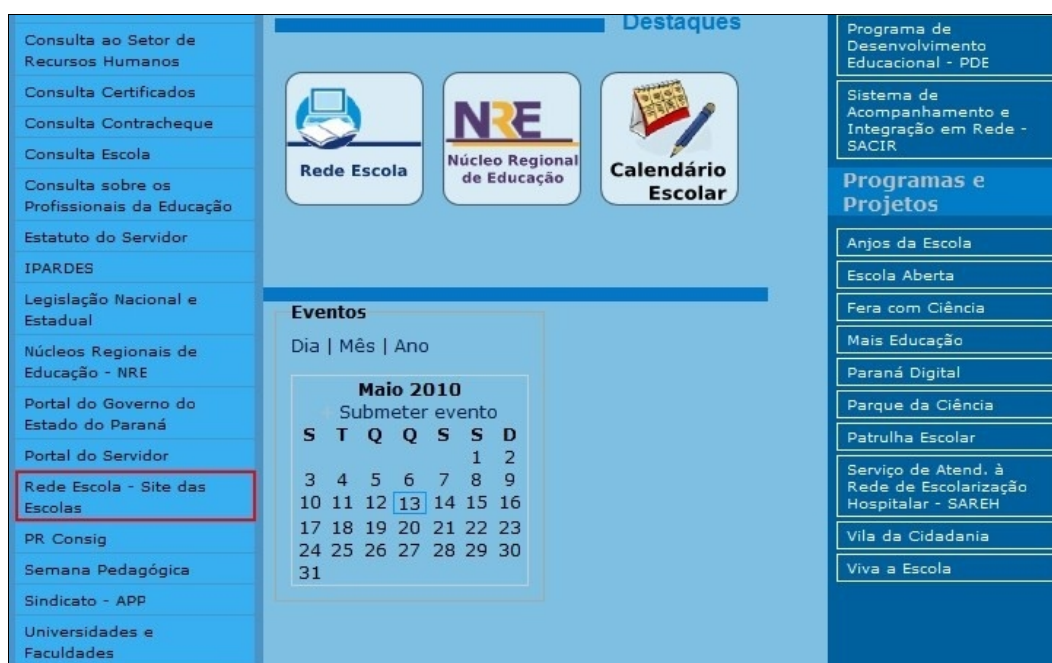
1 ACESSANDO O SÍTIO DA ESCOLA	7
1.1 ACESSO RESTRITO	10
2 CONFIGURANDO O SÍTIO	10
3 GERENCIANDO O MENU	11
3.1 EDITANDO O MENU	12
3.2 INSERINDO ITEM DO MENU	12
3.3 INSERINDO SUBMENU	13
3.4 INSERINDO DESTAQUES	15
4 ADMINISTRANDO CONTEÚDOS	17
4.1 ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS	18
4.1.1 Menu Apresentação	18
4.1.2 Menu Organização do Trabalho Pedagógico Escolar	18
4.1.3 Menu Órgãos Colegiados da Escola	19
4.1.4 Menu Formação Continuada da Escola	22
4.1.5 Menu Infraestrutura da Escola	23
4.1.6 Menu Espaço da Escola	23
4.1.7 Menu Serviços Públicos de Apoio Escolar	24
4.1.8 Menu Notícias da Educação	25
4.1.9 Menu Notícias da Escola	25
4.1.10 Menu Fale Conosco	25
5 PASSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE CONTEÚDO	25
5.1 EDITANDO E ALTERANDO CONTEÚDO	26
5.2 INCLUINDO CONTEÚDO	27
5.3 INSERINDO IMAGEM	28
5.4 FORMATAÇÃO DE CONTEÚDO	31
5.5 CRIANDO <i>HIPERLINK</i>	34
5.6 INSERINDO ÂNCORA	37
5.7 GERENCIANDO NOTÍCIAS DA ESCOLA	39
5.8 PUBLICANDO E EDITANDO NOTÍCIA	39
6 SAINDO DO ACESSO RESTRITO	41
REFERÊNCIAS	42
ANEXO	44

1 ACESSANDO O SÍTIO DA ESCOLA

Para acessar o sítio da escola, no **Portal Dia-a-Dia Educação** (<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>), clique em **Educadores**.



No ambiente **Educadores**, clique na opção **Rede Escola - Site das Escolas**.



A tela da página da **Rede Escola** será aberta. No menu localizado no centro da tela, selecione o município.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Av. Água Verde, 2140 - Água Verde - CEP 80240-900 Curitiba-PR - Fone: (41) 3340-1500
Desenvolvido pela Celear - Acesso Restrito

Após carregar a página, clique sobre a escola desejada.

Escolas encontradas
ARI KFFURI, C E - E FUND MEDIO
CARLOS DRUM. ANDRADE, C E - E FUND MED NOR
OLÍDIA ROCHA, C E - E FUND MEDIO
VINÍCIUS DE MORAES, C E - E FUND MEDIO
VOLTA GRANDE, E E DE - E FUND

Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Av. Água Verde, 2140 - Água Verde - CEP 80240-900 Curitiba-PR - Fone: (41) 3340-1500
Desenvolvido pela Celear - Acesso Restrito

A página principal do sítio da escola selecionada será exibida.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO

C.E. OLÍDIA ROCHA Ensino Fundamental e Médio

Dia-a-dia @ducação

Redescola

- Apresentação
- Organização do Trabalho Pedagógico Escolar
- Órgãos Colegiados da Escola
- Formação Continuada da Escola
- Infraestrutura da Escola
- Espaço escola
- Espaço do Aluno
- Espaço de Professores e Funcionários

05/11/2010 – EQUIPE OLÍDIA NEWS SE AVENTURA NA CAMINHADA DA NATUREZA!!! Leia mais....

Mais uma vez a equipe do Olídia News marcou presença na 2ª **Caminhada Internacional da Natureza** e resolveu se aventurar pelas trilhas naturais desse nosso município tão bonito e tão desconhecido...

05/11/2010 – MAIS UMA CAMINHADA INTERNACIONAL DA NATUREZA. Leia mais....

No domingo passado, dia 24/10/10, aconteceu a 2ª Caminhada Internacional da Natureza no Município de Nova Tebas. O evento que foi organizado pelo GAT – Grupo de Apoio ao Turismo – sofreu algumas modificações no percurso. Esse ano a saída e a chegada ocorreram na comunidade de Mil Alqueires. Segundo um dos organizadores do evento, o professor e técnico da Emater, Marcos José de Freitas, aproximadamente 350 participantes percorreram um circuito de 13 KM repleto de belezas e paisagens naturais da nossa região...

NRE Pitanga

Dia-a-dia @ducação

Resultados IDEB & ENEM

DOBRA DE PADRÃO

Atualização Cadastral

Para acessar o módulo administração do sítio da escola, clique em **Acesso Restrito**, localizado no final da página, como mostra a figura abaixo:

Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Av. Água Verde, 2140 - Água Verde - CEP 80240-900 Curitiba-PR - Fone: (41) 3340-1500
Desenvolvido pela Celepar - Acesso Restrito

Para fazer o *login* no sistema, selecione a opção “SEED” em **Organização**, digite o nome do usuário e a senha de acesso e clique em **Entrar**.

Login no sistema

Organização:

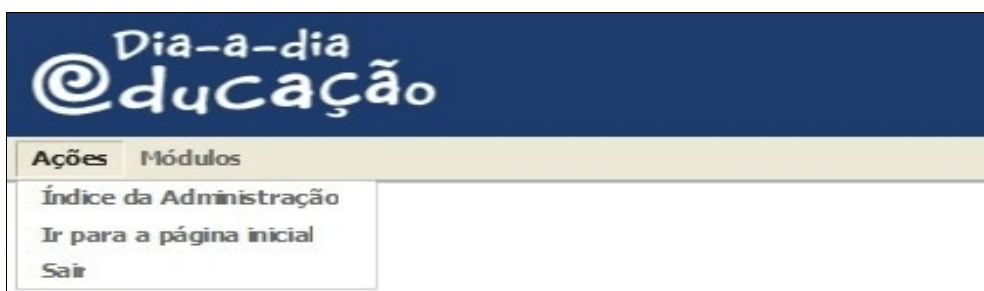
Usuário:

Senha:

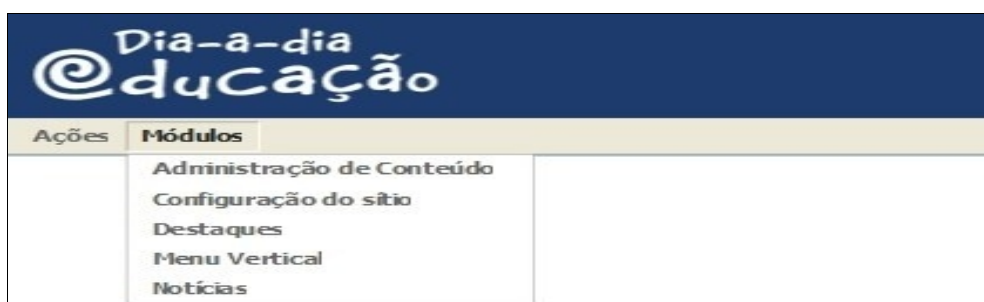
Entrar

1.1 ACESSO RESTRITO

No acesso restrito são realizadas ações de administração de conteúdos do sítio. Na aba **Ações** é possível administrar a página, voltar para a página inicial e sair do acesso restrito.

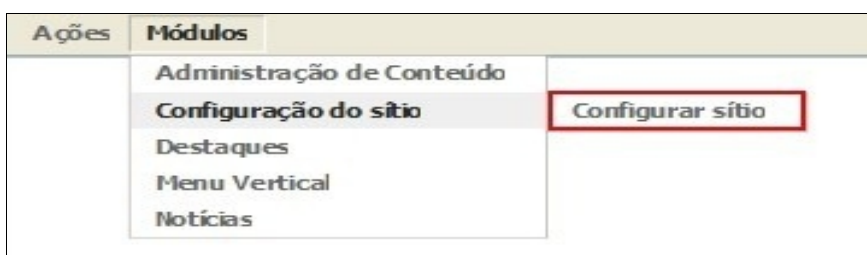


Na aba **Módulos**, é possível administrar conteúdo, configurar o sítio, gerenciar destaques e menu e publicar notícias.



2 CONFIGURANDO O SÍTIO

Antes de iniciar a edição de conteúdos, é preciso configurar o sítio da escola. Para configurar, na aba **Módulos**, clique em **Configuração do sítio** e, depois, em **Configurar sítio**.



Na janela que se abre, escolha um tema para a tela da página, cadastre o *e-mail* institucional da escola e digite o nome do estabelecimento. Para salvar as informações, clique sobre o botão **Alterar informações**.

Dia-a-dia @ducação

Ações Módulos

Alterar configurações

E-mail estabelecimento
Se preenchido o formulário de 'fale conosco' estará habilitado e os contatos serão encaminhados para o email fornecido nesse campo.

Título para o sítio (Nome Escola) *

Alterar tema

Visualizar

Tema 1 Tema 2 Tema 3

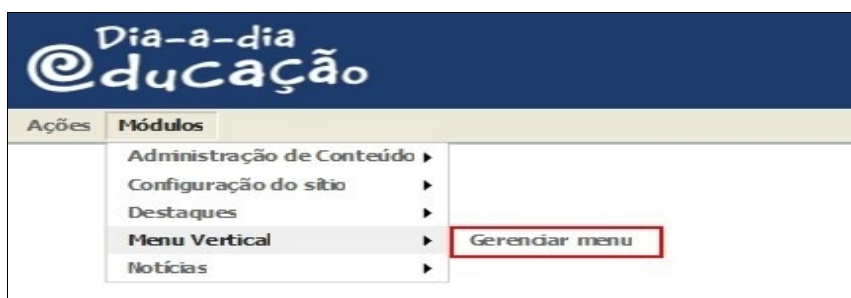
Alterar informações

3 GERENCIANDO O MENU

O sítio da escola é formado por menus e submenus. Os menus são listas de opções a serem escolhidas para acessar os conteúdos. Submenus são utilizados para agilizar o acesso às informações de um item específico, diminuindo a quantidade de cliques, ou para dividir conteúdos por categorias.

Ao acessar a página da escola como visitante, visualizamos uma lista de menu vertical do lado esquerdo e direito da página. No menu vertical, localizado no lado esquerdo da página, temos as informações da escola: apresentação, informações da escola, organização do trabalho pedagógico, notícias, fale conosco, etc. Desses menus são formados submenus. À esquerda da página, temos o menu vertical formado por destaques, com ícones de páginas destaques relacionados à Seed-PR e de cunho educacional. O gerenciador de menu possibilita a manutenção de itens do menu e inclusão de item.

Para gerenciar o menu vertical, na aba **Módulos**, clique em **Menu Vertical / Gerenciar menu**.



3.1 EDITANDO O MENU

Para fazer manutenção de itens do menu, clique em **Editar** (1) ou em **Excluir** (2). Faça a edição e clique em **Alterar**.

Ações Módulos				
Manutenção de Itens do Menu				
Nível: 0			1	2
Ordem	Nome	Link	Editar	Excluir
01	Notícias da Escola	http://www.ntsolidariocha.seed.pr.gov.br/modules/noticias	Editar	Excluir
02	Apresentação		Editar	Excluir
03	Jogos Relâmpagos 2010 - Acompanhe aqui...		Editar	Excluir
04	Espaço do Aluno		Editar	Excluir
05	Espaço de Professores e Funcionários		Editar	Excluir

3.2 INSERINDO ITEM DO MENU

Para incluir um item, primeiramente é preciso incluir o conteúdo (siga os passos de inclusão de conteúdo). Após, na aba **Módulos**, clique em **Menu Vertical / Gerenciar menu**. Em **Inclusão de Item**, digite o título do item (1), insira o *link*, caso o conteúdo não seja criado pelo gerenciador da escola/externo (2). No campo **ou selecione o conteúdo**, procure o título do conteúdo estático criado (3). Habilite a opção **Abrir em nova janela** (4). Para salvar, clique em **Gravar** (5).

3.3 INSERINDO SUBMENU

Para incluir submenu ou item cascata, clique na aba **Módulos**, **Menu Vertical** / **Gerenciar menu**. No nível 0, clique sobre o item que deseja que fique na cascata, ou seja, níveis 1, 2, 3, etc.

Ações Módulos				
Manutenção de Itens do Menu				
Nível: 0				
Ordem	Nome	Link	Editar	Excluir
01	Notícias da Escola	http://www.ntsolidiarocha.seed.pr.gov.br/modules/noticias	Editar	Excluir
02	Apresentação		Editar	Excluir
03	Espaço do Aluno		Editar	Excluir
04	Espaço de Professores e Funcionários		Editar	Excluir
05	Organização do Trabalho Pedagógico Escolar		Editar	Excluir
06	Órgãos Colegiados da Escola		Editar	Excluir
07	Formação Continuada da Escola		Editar	Excluir
08	Recursos da Escola		Editar	Excluir
09	Serviços Públicos de Apoio Escolar		Editar	Excluir
10	Notícias da Educação		Editar	Excluir
11	Biblioteca		Editar	Excluir
12	Fale Conosco	http://www.ntsolidiarocha.seed.pr.gov.br/modules/liaise/	Editar	Excluir
13	Espaço escola		Editar	Excluir
Voltar				

Em **Inclusão de Item**, digite o título do item (1). No campo **link**, indique o endereço externo ou selecione o conteúdo, procure o título do conteúdo estático criado (2). Habilite a opção **Abrir em nova janela** (3). Para salvar, clique em **Gravar** (4).

Ações Módulos				
Manutenção de Itens do Menu				
Nível: 1 - Espaço escola				
Ordem	Nome	Link	Editar	Excluir
Voltar				
<div> <div>Inclusão de Item: Espaço escola</div> <div> Nome: <input type="text"/> 1 </div> <div> Link: <input type="text"/> ou selecione o conteúdo: Nenhum 2 </div> <div> Abrir em nova Janela: <input type="checkbox"/> 3 </div> <div> Ordem: <input type="text"/> 1 4 </div> <div> Gravar Limpar </div> </div>				

Segue, abaixo, lista de sugestões de menus e submenus:

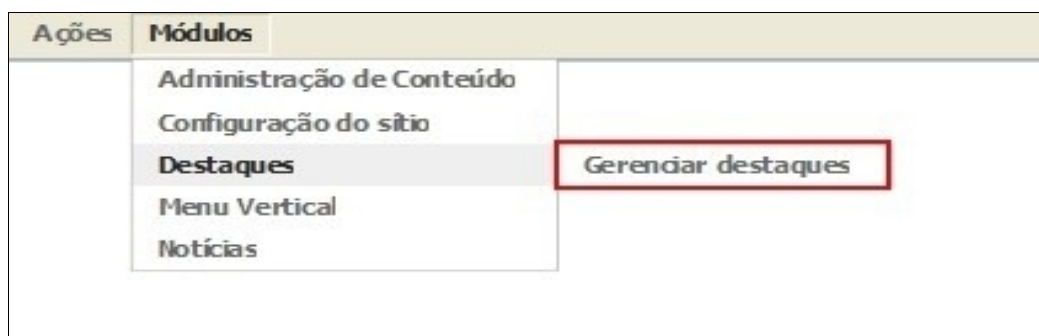
Menu	Submenu
• Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação • Localização • Histórico • Imagens
• Organização do Trabalho Pedagógico da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • PPP (Projeto Político-Pedagógico) • Regimento Escolar • Calendário Escolar • Cronograma de Atividades
• Órgãos Colegiados da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Escolar • Direção • Equipe Pedagógica • Equipe Administrativa • Equipe de Serviços Gerais • Conselho de Classe • Conselho Representante de Turmas • Grêmio estudantil • APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários)
• Formação Continuada	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro Pedagógico • Reuniões de Equipe • Reuniões de Pais • Grupos de Estudos
• Infraestrutura da Escola	
• Espaço da Escola	• Participação em Eventos
• Espaço do Aluno	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta ao Boletim Escolar • Pesquisa Escolar • Jogos e Atividades Educativas • Dicionário da Língua Portuguesa • Tradutor

	<ul style="list-style-type: none"> • Guia das Profissões • Faculdades e Universidades
• Espaço de Professores e Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Acesse seu <i>e-mail</i> institucional • Consulta Protocolo • Consulta ao RH • Consulta ao Contracheque
• Serviços Públicos de Apoio	
• Notícias da Educação	
• Notícias da Escola	
• Fale Conosco	

Observação: se houver a necessidade da inserção de outros menus, submenus ou *links* na página da escola, a inserção deve ser feita somente se tiver caráter educacional.

3.4 INSERINDO DESTAQUES

Na aba **Módulos**, clique em **Destaques / Gerenciar destaques**.




Na tela que se abre, digite (ou cole) o endereço do sítio, conteúdo ou arquivo para onde quer direcionar o visitante. Cole o endereço da imagem que deseja inserir ou clique em carregar para buscar uma imagem (que deve estar salva em sua máquina) que ilustre o sítio (normalmente logotipo), procurando deixar sempre as medidas já existentes. Caso queira que o sítio abra em uma nova janela, não habilite a opção **Abrir na própria página?**. Para salvar, clique em **Gravar**.

Observação: Antes de enviar a imagem ao servidor, esta deve ser redimensionada no formato adequado para imagens (ver página 28). Verifique as orientações sobre o

tamanho e formato de imagens nas páginas 33 e 34.

Inclusão	
Link:	http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/index.php? 1
Link para Imagem:	caacao.pr.gov.br/diaadia/escola/index.php?PHPSESSID= 2
Imagem:	<input type="text"/> Enviar arquivo...
Altura da Imagem:	<input type="text" value="52"/>
Largura da Imagem:	<input type="text" value="92"/>
Ordem:	<input type="text" value="16"/>
Abrir na própria página?	<input type="checkbox"/> 3
<input type="button" value="Gravar"/> <input type="button" value="Limpar"/>	



Para publicar o destaque em **Manutenção de Destaques**, clique sobre o botão **Não**, na opção **Publicar**, para que mude para **Sim**.

15	http://www.sere.pr.gov.br/sere/index.do?action=iniciarProcesso		Sim	Editar	Excluir
16	http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/index.php?PHPSESSID=		Não	Editar	Excluir

Ordenar Sequencialmente

Observação: o menu **Destaques** deve ser institucional, sendo proibida qualquer propaganda comercial ou pessoal. Não inserir *links* que necessitam de cadastro, pois expiram. Evite inserir *links* muito longos, ou arquivos no formato *Flash*, pois o número de caracteres extrapolam o limite e trava este menu.

Segue, abaixo, lista de sugestões de destaques:

Imagem	Descrição	Link
	Núcleo Regional de Educação	http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/
	Portal Dia-a-dia Educação	http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/

	Portal do Professor/MEC	http://portaldoprofessor.mec.gov.br/
	Viva a Escola	http://www.diaadia.pr.gov.br/ciac/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2
	Eureka	http://www.eureka.seed.pr.gov.br/
	Portal do Servidor	http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/
	E-mail Expresso	http://seed.pr.gov.br/
	TV Paulo Freire	http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpaulofreire/
	TV Multimídia	http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive

4 ADMINISTRANDO CONTEÚDOS

A administração de conteúdo exige conhecimento e responsabilidade. Por isso, ao editar ou inserir conteúdos, é preciso seguir algumas orientações.

4.1 ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

4.1.1 Menu Apresentação

O menu **Apresentação** é destinado à apresentação da identidade da escola, à localização e ao histórico do estabelecimento de ensino. Introduza imagens e informações para que o usuário conheça a escola e insira os seguintes submenus:

- **Identificação** – espaço destinado a informações sobre a escola. Relate os fatos e dados significativos, desde a fundação da escola (histórico do nome, alterações de denominações, fatos passados); insira imagens e outros dados que permitam identificar o estabelecimento de ensino.
- **Localização** – espaço para informações sobre transporte coletivo, mapa, bairro e pontos de referência da escola.
- **Histórico** – informações e imagens que traduzam a história da escola. Sugerimos que disponibilize fotos antigas que representem essa história.
- **Imagens** – disponibilize fotos antigas e recentes dos ambientes escolares (fachada, laboratórios, salas de aula, etc.).

Ao enviar fotos que mostrem os ambientes escolares, respeitar os direitos de uso de imagem, buscando divulgar somente fotos desses ambientes, sem a presença de pessoas. Para divulgar imagens de alunos, é necessário solicitar cessão de imagem.

Observação: no ato da matrícula, a escola pode recolher as autorizações de imagens dos alunos e funcionários. Para inserção de imagens, leia a página 28, e em relação à formatação e tamanho a ser utilizado, leia as páginas 33 e 34.

4.1.2 Menu Organização do Trabalho Pedagógico Escolar

Em **Organização do Trabalho Pedagógico Escolar** é possível publicar arquivos de documentos que fazem parte da organização pedagógica da escola, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar, calendário escolar, cronograma de atividades, entre outros. Para isso, insira os seguintes submenus:

- **Projeto Político Pedagógico (PPP)** – trata-se da construção coletiva da

identidade da escola pública de qualidade, que pressupõe um projeto de sociedade, de educação, de cultura e de cidadania, fundamentado na democracia e na justiça social. Insira um *link* ao Projeto Político-Pedagógico da escola. Seguir as instruções de como inserir *link* contidas na página 34.

Observação: só publique o PPP quando este já estiver aprovado pela Coordenação de Gestão Escolar (CGE) do NRE/Seed-PR.

- **Regimento escolar** – é o documento que normatiza a organização escolar de cada estabelecimento de ensino, regulamentando os propósitos e as intenções descritos no Projeto Político-Pedagógico da escola. Portanto, é o instrumento legal que regula e disciplina toda a organização didático-pedagógica e administrativa da escola. Insira um *link* ao regimento escolar após aprovação. Seguir as instruções de como inserir *link* contidas na página 34.
- **Calendário escolar** – o calendário escolar da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná define o início e o término do ano letivo, férias e recessos escolares, feriados oficiais, semana de planejamento, de capacitação, semana cultural, respeitando a base legal e respeitando a obrigatoriedade do cumprimento das 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Para inserir *link* ao arquivo do calendário escolar ou redirecionar à página da SUED, siga as instruções contidas na página 34.
- **Cronograma de atividades** – este espaço refere-se a informações das atividades/ações desenvolvidas, no âmbito escolar, por professores, alunos, funcionários e/ou pais, de acordo com o que está previsto no Projeto Político-Pedagógico da Escola.

4.1.3 Menu Órgãos Colegiados da Escola

Este espaço é destinado à apresentação dos órgãos colegiados da escola: conselho escolar, direção, equipe pedagógica, equipe administrativa, equipe de serviços gerais, conselho de classe, conselho representante de turmas, grêmio estudantil, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), entre outros. Insira os seguintes submenus:

- **Conselho escolar** – órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora da organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e as diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar. Esse órgão é composto por representantes da comunidade escolar e de representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido pelo diretor da escola, membro nato do Conselho. O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:
 - ✓ diretor;
 - ✓ representante da equipe pedagógica;
 - ✓ representante do corpo docente (professores);
 - ✓ representante dos funcionários administrativos;
 - ✓ representante dos funcionários de serviços gerais;
 - ✓ representante do corpo discente (alunos);
 - ✓ representante dos pais de alunos;
 - ✓ representante do Grêmio Estudantil;
 - ✓ representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde, etc.).
- **Direção** – espaço para o nome completo de quem está na direção e na direção auxiliar, telefone direto e plano de ação na gestão da escola.
- **Equipe pedagógica** – informações de quem está na equipe pedagógica, indicando o nome completo, suas atribuições e plano de ação na ação docente e discente.
- **Equipe administrativa** – espaço para informações da equipe, como nome completo do(a) secretário(a), assistente administrativo(a), bibliotecário(a), etc., telefone de contato, responsabilidades e atribuições.
- **Equipe de serviços gerais** – informações da equipe de serviços gerais da escola: nome completo, funções, responsabilidades e atribuições.
- **Conselho de classe** – órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em

assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da Escola e no regimento escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O conselho de classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõe ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo de ensino e aprendizagem. O conselho de classe é constituído pelo diretor(a) e/ou diretor(a) auxiliar, pelo(s) professor(es) pedagogo(s), por todos os professores e pelos alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série, por meio de:

- I – pré-conselho de classe, com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e/ou pelo(s) pedagogo(s);
- II – conselho de classe Integrado, com a participação da equipe de direção, do(s) professor(es) pedagogo(s), do corpo docente, da representação de alunos e pais de alunos por turma e/ou série.

É responsabilidade da direção presidir o conselho de classe e cabe ao pedagogo organizar as informações e dados coletados a serem estudados no conselho de classe.

Observação: este espaço é destinado apenas para explicação, não há necessidade de complementação.

- **Conselho representante de turmas** – preencha as informações do conselho representante de turmas: função que exerce o aluno e professor representante e o nome completo dos professores representantes, usando somente as iniciais do nome dos alunos.
- **Grêmios estudantis** – é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem finalidades cívicas, culturais, educacionais, desportivas e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, o educando defende seus direitos e interesses, e aprende ética e cidadania na prática. O grêmio é a organização dos estudantes na escola. Ele é formado apenas por alunos, de forma independente, e desenvolve atividades culturais e esportivas. Neste submenu, apresente os objetivos e estrutura de funcionamento do grêmio de cada escola e as informações

da equipe: nome completo de quem está na equipe, indicando a função que exerce.

Observação: se o aluno for menor, colocar somente as iniciais do nome.

- **Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)** – é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, pessoa jurídica de direito privado, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado. A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão formado por membros de toda a comunidade escolar envolvidos no processo educacional, igualmente responsáveis pelo sucesso do desempenho da escola pública, que objetiva dar apoio à Direção das escolas, primando pelo entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e toda a comunidade, com atividades socioeducativas, culturais e desportivas. Neste espaço, apresente os objetivos e estrutura de funcionamento da APMF de cada escola e as informações dos integrantes: com o nome completo, função, etc.

4.1.4 Menu Formação Continuada da Escola

Este espaço é destinado ao registro de atividades realizadas na Formação Continuada da Escola, como: encontro pedagógico, reuniões de equipe, reuniões de pais, grupos de estudos, etc. Inserir os seguintes submenus:

- **Encontro pedagógico** – espaço para informações (pequeno resumo do assunto discutido pelos docentes) e datas dos encontros pedagógicos ocorridos no ano letivo.
- **Reuniões de equipe** – informações (pequeno resumo do assunto discutido entre os pedagogos) e datas de reuniões de equipe ocorridas no ano letivo.
- **Reuniões de pais** – informações (pequeno resumo dos casos relevantes e decisões a tomar) e datas de reuniões de pais ocorridas no ano letivo.
- **Grupos de estudos** – informações e datas de encontros de grupos de estudo ocorridos no ano letivo. Sugerimos inserir *link* do “Grupo de Estudos” disponibilizado na página do Portal Dia-a-dia Educação. Seguir as instruções de

como inserir *link* contidas na página 34.

4.1.5 Menu Infraestrutura da Escola

Neste menu, sugerimos a inserção de um *link* direcionando para o Consulta Escola, publicado no Ambiente Escola do Portal Dia-a-dia Educação, disponível no endereço eletrônico: <http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>. Seguir as instruções de como inserir *link* contidas na página 34. Nesse ambiente encontram-se informações sobre a organização da Escola, conforme os itens abaixo:

- **Escola** – dados cadastrais, oferta de ensino, matriz curricular e calendário;
- **Alunos** – turmas e matrículas, rendimento escolar;
- **Corpo Funcional** – funções de apoio/técnico, pedagógicos, regência, regência por disciplina e frequência da regência;
- **Infraestrutura** – merenda, material, Fundo Rotativo, obras/reparos, prédio, energia elétrica, telefone e água;
- **APMF** – Ao clicar no ícone, aparecerão as informações referentes à APMF.

4.1.6 Menu Espaço da Escola

Espaço reservado para registro de eventos educacionais que envolvem a comunidade escolar.

- **Participação em eventos** – espaço com as informações e fotos dos eventos ocorridos na escola e das participações em eventos estaduais (Fera com Ciência, jogos escolares, feiras internas, etc).

Observação: o Espaço Escola pode ter participação de alunos, professores e da comunidade. Deverá conter as informações sobre as participações nos eventos estaduais e indicar os trabalhos e/ou atividades apresentados pelos estudantes nesses eventos. Para inserção de imagens, atente para as instruções contidas nas páginas 28 e 33 sobre tamanho, formatação e autorização de direitos de imagem..

4.1.7 Menu Serviços Públicos de Apoio Escolar

Nesse espaço, serão disponibilizados os seguintes *links* de serviços públicos estaduais, que oferecem serviços de apoio escolar:

- ✓ **Defesa Civil:** <http://www.defesacivil.gov.br/sindec/estados/estado.asp?estado=pr>
- ✓ **Ouvidoria:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/ouvidoria/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>
- ✓ **Narcotráfico:** <http://www3.pr.gov.br/narcodenuncia/>
- ✓ **Copel:** <http://www.copel.com/hpcopel/root/index.jsp>
- ✓ **Sanepar:** <http://www.sanepar.com.br/>
- ✓ **Saúde Paraná:** <http://www.saude.pr.gov.br/>
- ✓ **Polícia Civil:** <http://www.policiacivil.pr.gov.br/>
- ✓ **Polícia Militar do Paraná:** <http://www.policiamilitar.pr.gov.br/>
- ✓ **Detran:** <http://www.detran.pr.gov.br/>
- ✓ **Paraná Previdência:** <http://www.paranaprevidencia.pr.gov.br/>
- ✓ **ECA:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069Compilado.htm>
- ✓ **Comitê Nacional da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes:** <http://www.comitenacional.org.br/>
- ✓ **Coordenadoria dos Direitos da Cidadania:** <http://www.codic.pr.gov.br/>
- ✓ **Secretaria de Estado da Criança e da Juventude:** <http://www.secj.pr.gov.br/>
- ✓ **Instituto de Psiquiatria/Hospital das Clínicas-Dependência de Internet:** <http://www.dependenciadeinternet.com.br/>
- ✓ **Departamento de Educação e Trabalho:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/det/>
- ✓ **Departamento de Diversidade:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/>
- ✓ **Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/>
- ✓ **Departamento de Educação Básica:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/deb/>
- ✓ **Diretoria de Políticas e Programas Educacionais:** <http://www.diaadia.pr.gov.br/dppe/>

No caso dos serviços municipais, preencha esse espaço com as informações sobre os serviços úteis do município da escola, com o nome completo, telefone e endereço dos

sítios (quando houver).

4.1.8 Menu Notícias da Educação

Espaço em que são disponibilizados *links* de notícias gerais do Estado, notícias relacionadas com a Educação do Estado e notícias da escola.

- ✓ **Agência e Notícias do Estado do Paraná:** <http://www.aen.pr.gov.br/>
- ✓ **Portal Educacional do Estado do Paraná:** <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>

4.1.9 Menu Notícias da Escola

As notícias públicas, nesse espaço, são apresentadas na página inicial do sítio.

Notícias são fatos novos, relacionados à escola, de caráter pedagógico, institucional, e de interesse de toda comunidade escolar. As informações apresentadas no texto das notícias, além de serem de responsabilidade do autor, devem apresentar linguagem clara e ser revisado – lembrando sempre das leis de direitos autorais e de uso de imagem. Não há um tempo definido para permanência da notícia na página, o sugerido é que tenha notícias publicadas semanalmente.

Na página de notícias deve aparecer, no máximo, dez notícias. A partir da décima primeira, a notícia mais antiga expira e será direcionada para o Histórico de Notícias.

4.1.10 Menu Fale Conosco

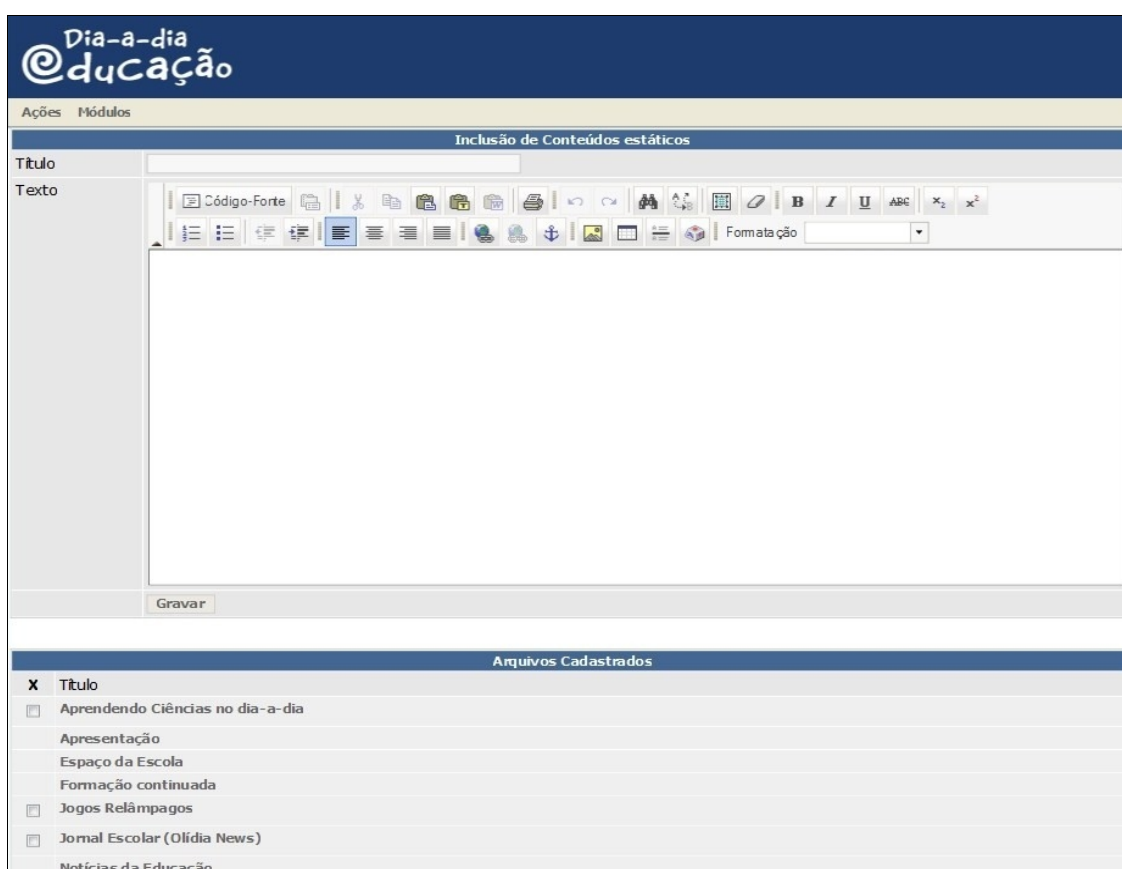
O **Fale Conosco** possibilita ao usuário entrar em contato com a escola. Este formulário já é pré-configurado e as mensagens do Fale-Conosco são enviados para o *e-mail* institucional da escola indicado na configuração de sítio.

5 PASSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE CONTEÚDO

Para edição de conteúdo, na aba **módulos**, clique em **Administração de Conteúdo / Incluir/Alterar conteúdo**.



Na janela que se abre, temos a opção de inclusão de conteúdo estático ou editar/alterar um arquivo cadastrado.

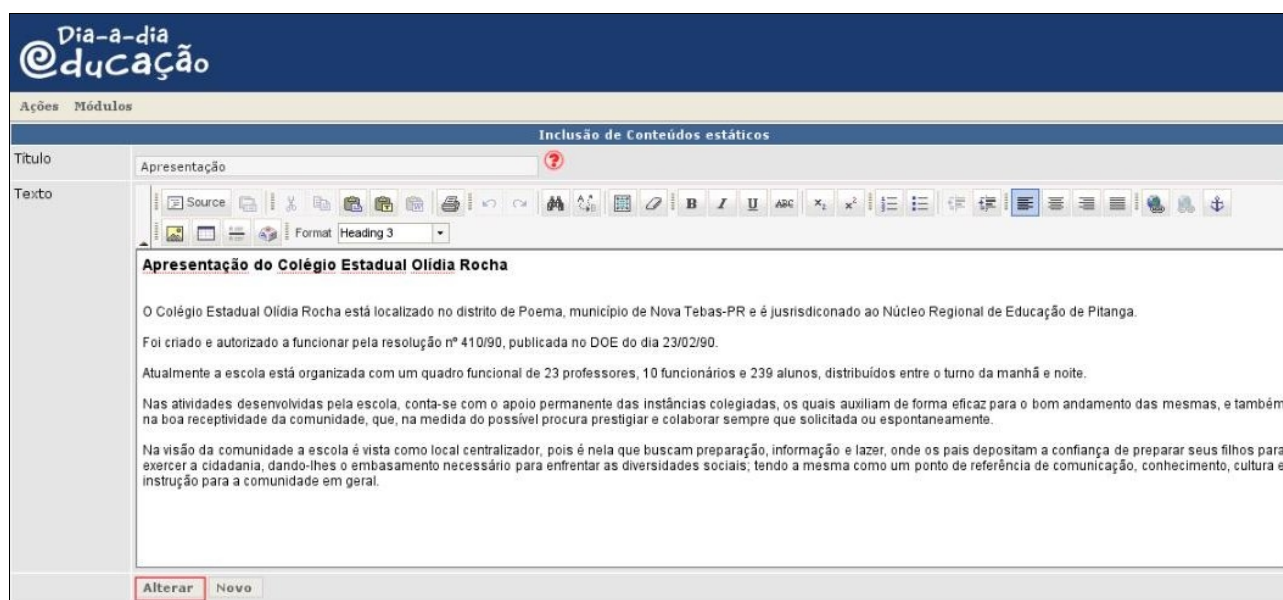


5.1 EDITANDO E ALTERANDO CONTEÚDO

Para editar/alterar um arquivo cadastrado, em **Arquivos Cadastrados**, clique sobre o arquivo.

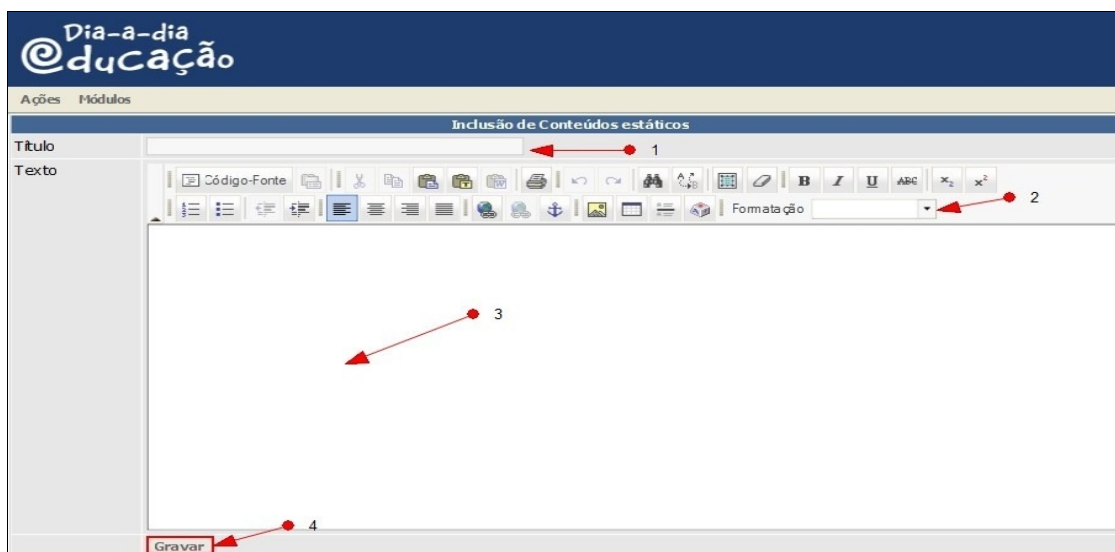


A janela de edição de conteúdo será aberta. Faça edição do texto e depois clique em **Alterar**.



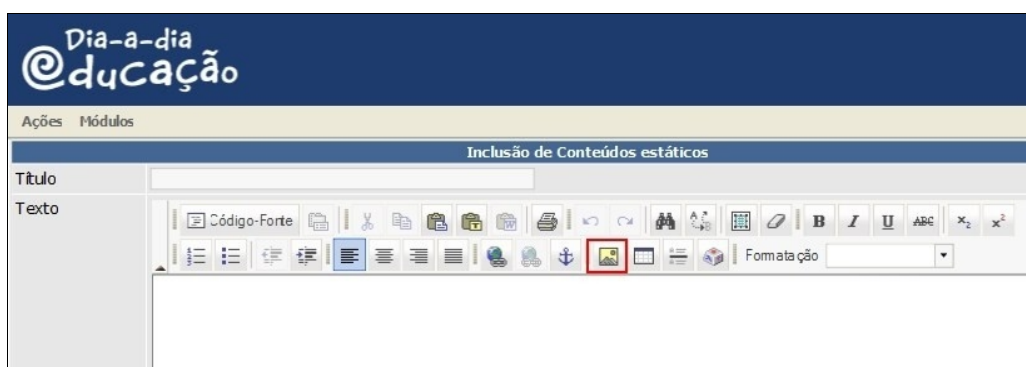
5.2 INCLUINDO CONTEÚDO

Para incluir conteúdo estático, na janela **Inclusão de Conteúdos estáticos**, em **Título** (1), dê um título ao conteúdo. Selecione o tipo de fonte em **Formatação** (2). Digite o texto no espaço de edição (3). Nesse espaço, é possível utilizar as ferramentas de edição. Após concluir a edição, clique sobre o botão **Gravar** (4).



5.3 INSERINDO IMAGEM

Para inserir imagem em conteúdos ou notícias, clique no ícone **Inserir/Editar Figura**.

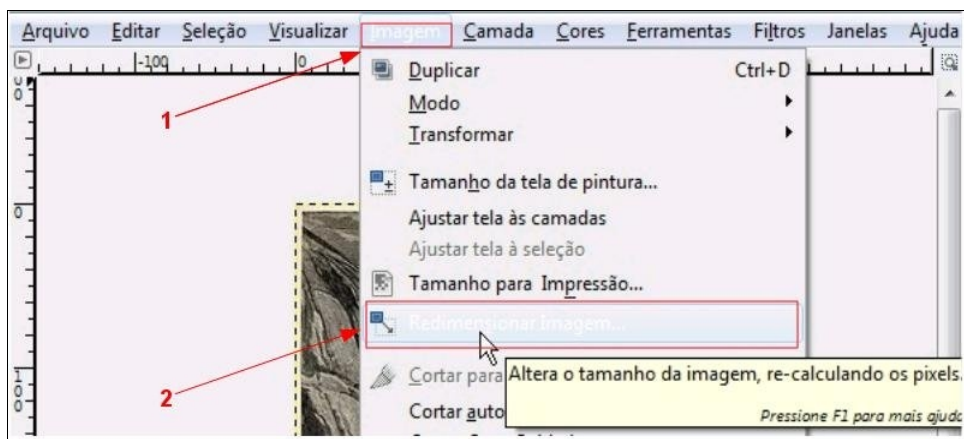


Uma nova janela será aberta. Temos a possibilidade de inserir imagem externa ou enviar para o servidor da escola.

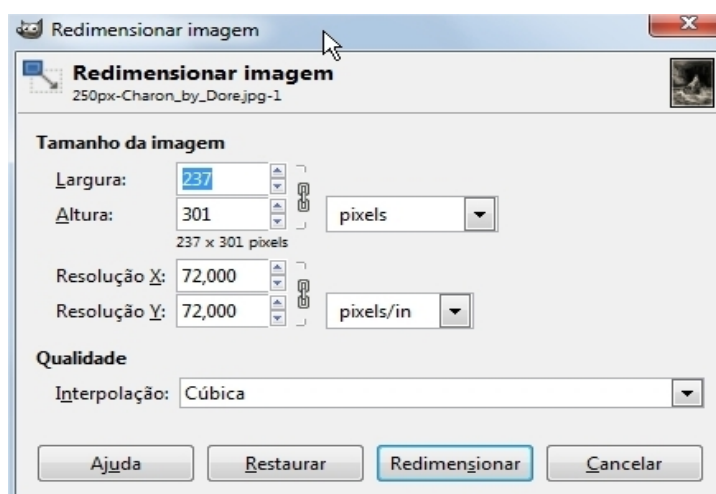
Caso deseje enviar imagem para o servidor, esta deve ser redimensionada para o formato adequado. A seguir demonstramos como redimensionar imagem utilizando o *software* Gimp.

Para abrir a imagem desejada, clique em **Arquivo/Abrir** para abrir uma imagem disponível no computador ou **Arquivo/Abrir URL**, caso deseje abrir uma imagem externa.

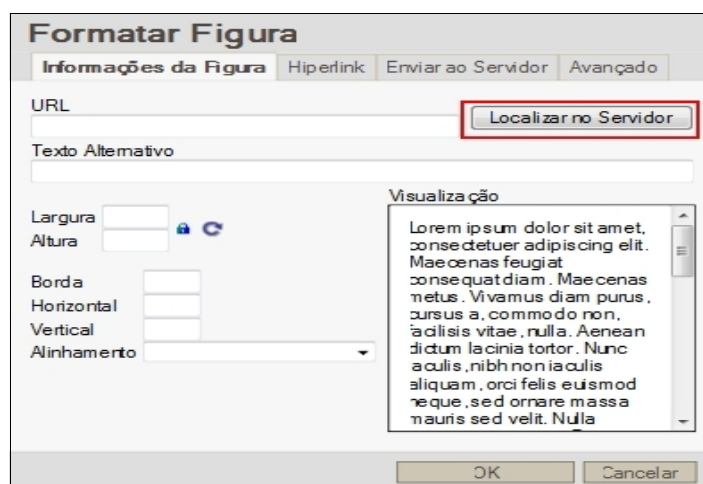
Para redimensionar a imagem, clique em **imagem (1)** e depois em **redimensionar imagem (2)**.



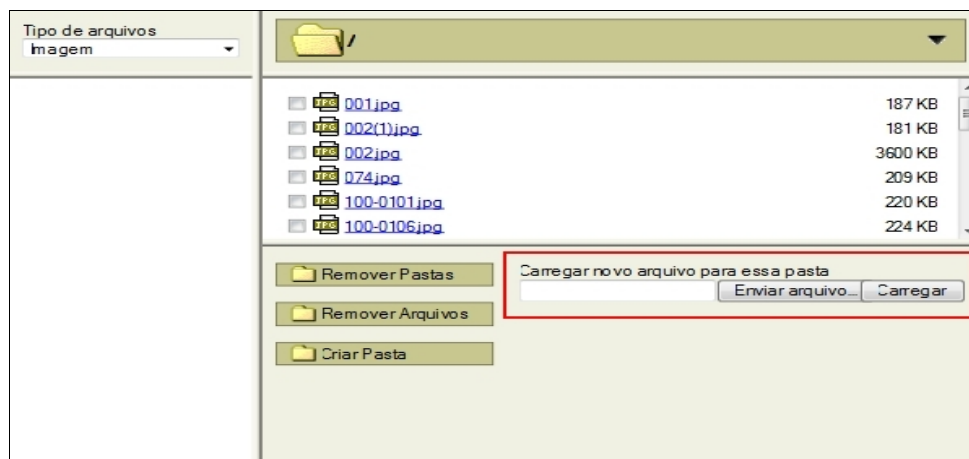
A tela será aberta para redimensionar a imagem. Defina altura para no máximo 300 *pixels*. Sugerimos manter o cadeado fechado, para que a altura e largura da imagem seja definida proporcionalmente. Na resolução, defina 72.000 *pixels*. Para salvar as alterações, clique em **Redimensionar**.



Para enviar uma imagem para o servidor, clique em **Localizar no Servidor**.

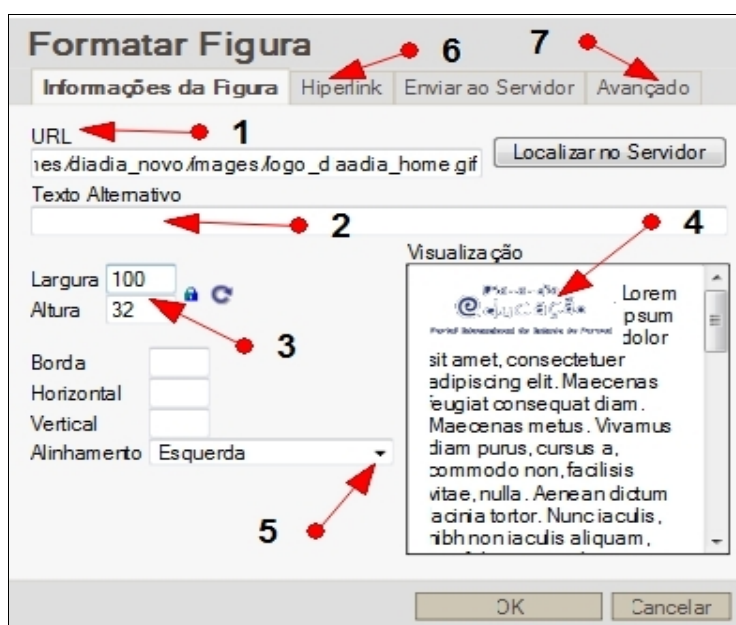


Uma nova janela chamada **Busca de arquivos** será aberta. Para colocar as imagens no servidor, basta clicar no botão **Enviar arquivo**. Em seguida, aparecerá uma janela para selecionar a imagem que está em alguma área do seu computador.



Nota: nessa janela, é possível criar pastas para separar as imagens, conforme a organização da página.

Após a seleção da imagem, clique no botão **Carregar**. Ao final do processo de envio, localize e clique no nome da imagem para retornar à janela de **Formatar Figura**.



Legenda:

- 1) Endereço da imagem no servidor ou da Internet;

- 2) Descrição da imagem;
- 3) Redimensionamento do tamanho da imagens;
- 4) Visualização e posição da imagem em relação ao texto;
- 5) Alinhamento da imagem: indicação sempre à esquerda, ou centralizada quando estiver isolada, sem texto;
- 6) Nessa aba, é possível colocar um *link* na imagem;
- 7) Opção utilizada quando a imagem for também um *link* para o texto alternativo do *hiperlink*.

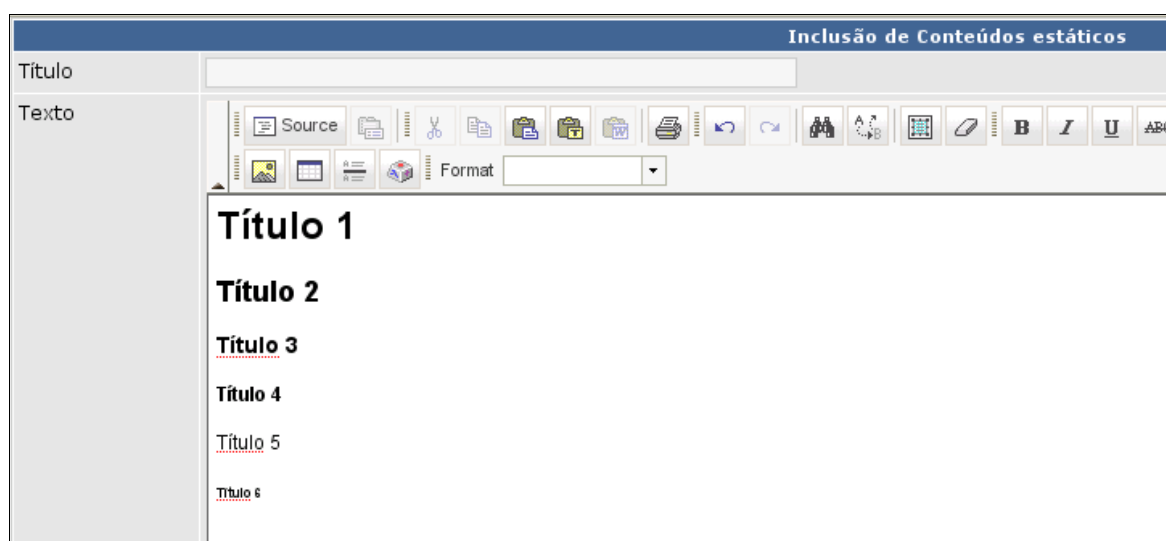
Para inserir imagem externa, copie e cole a URL da imagem desejada. Formate a figura seguindo os passos citados anteriormente.

Após o preenchimento de todos os itens, para finalizar, clique no botão **OK**. Ao concluir a inserção da imagem, clique em **Gravar**.

5.4 FORMATAÇÃO DE CONTEÚDO

Segundo o *Tutorial de inserção de conteúdos no Portal Dia-a-dia Educação* (PARANÁ, 2010), a formatação de conteúdo deve seguir as seguintes orientações:

Tipo de Fonte – Fonte, ou tipo, é um padrão ou grupo de caracteres tipográficos com os mesmos atributos. Nas páginas já estão pré-definidos estilos em formatação. Seguem exemplos de formato de fonte.



Ao publicar o conteúdo, a fonte será exibida da seguinte forma.



Quanto à aplicação e acessibilidade:

- Use itálico sempre e apenas para palavras estrangeiras.
- Título principal – é o título mais importante da página. Também pode ser usado para separar categorias. No sistema, selecione Título 2 ou 3 (Fonte Arial Bold, tamanho 13).
- Subtítulos – Selecione, no sistema, formatação Normal e o estilo Negrito ou Título 4.
- Texto normal – Para o corpo do texto, utilize a formatação Normal ou selecione Título 4 (Fonte Arial, tamanho 11).
- Para todos os textos que forem inseridos sem formatação, esta será a formatação automática do sistema e, portanto, não precisará ser configurada manualmente.
- Fontes e Referências – No sistema, selecionar o Título 6 (Fonte Arial, tamanho 8). Essa formatação também pode ser usada para observações, legendas de fotos e tabelas.

Parágrafos e espaçamento – O alinhamento dos textos leva em consideração o conforto visual, acessibilidade e uso dos leitores de tela. Quanto à aplicação e acessibilidade:

- Sempre alinhe o texto à esquerda, nunca justificado.
- O alinhamento à direita deve ser usado em casos específicos, como epígrafes, citações e alguns elementos de tabela.
- Pode-se utilizar alinhamento centralizado em trechos de música ou poesias.

- Sempre utilize a quebra de linha para iniciar um novo parágrafo. Não utilize o afastamento de parágrafos para textos *web*.
- Use o recuo de parágrafos somente para indicar conteúdos hierarquicamente organizados, como, por exemplo, uma lista ou observações em um texto.

Nomenclatura de arquivos – Arquivo é o nome que define uma “informação gravada”, imagens, sons, vídeos, textos, entre outros. Todo arquivo, no momento da criação, deve receber um nome que, por sua vez, deve ser objetivo e ter relação com o conteúdo. Por isso, a nomenclatura dos arquivos é fator importante para a acessibilidade de um sítio.

Quanto à aplicabilidade e acessibilidade:

- Não use caracteres especiais como acentos, símbolos, pontuação.
- Não deixe espaços em branco entre as palavras. Utilize *underline* para separar as palavras.
- Não use nomes ou frases inteiras para nomear os arquivos. Sintetize sempre, utilize, no máximo, cinco palavras, tirando “e” e “de” desnecessários.
- Não utilize maiúsculas nos nomes ou extensões dos arquivos.
- Sempre utilize nomes que remetem ao significado do arquivo ou que façam uma referência lógica ao conteúdo.

Imagens – Imagens são recursos visuais e de comunicação. Quando relacionadas a um conteúdo, devem traçar um paralelo entre o que mostram, o que significam e a realidade externa à qual se faz referência. Portanto, a imagem não deve ser meramente ilustrativa. Toda imagem deve ter uma descrição ou texto alternativo, que transmita com eficácia as informações que o arquivo traz. Quanto à aplicação e acessibilidade:

- Todas as imagens deverão ter resolução de *72 dpi (72.000 pixels)*, que proporciona uma boa visualização em tela e o carregamento mais rápido das páginas.
- Para verificar essa informação, é necessário utilizar um editor de imagens, como o *Gimp*. No menu **Imagem**, selecione a opção **Propriedades da imagem** para obter a informação sobre a resolução da imagem.
- Antes de enviar as imagens para o servidor, redimensione para o tamanho final, de forma proporcional à imagem original. Nunca “achate” ou “estique” imagens para formatar o tamanho necessário. Quando cortar uma imagem em um programa adequado (*Gimp*), privilegie o enquadramento.

- Todas as imagens destinadas ao espaço das notícias deverão possuir a medida de 147 x 95 *pixels* (px) e sempre ser alinhadas à esquerda.
- As imagens das páginas de conteúdo, quando houver o texto ao lado, não deverão ultrapassar 170 px de largura e 120 px de altura.
- Imagens isoladas ou que não contenham texto ao lado, não deverão ultrapassar a medida de 300 px de altura e 300 px de largura e o alinhamento deverá ser centralizado.
- Utilize imagens para ilustrar o assunto, devendo ter a relevância com e para o conteúdo e não apenas para “decorar” a página.
- Coloque o crédito das imagens (nome do fotógrafo ou ilustrador) certificando-se de que possuem autorização do proprietário para usá-las. Verifique questões dos direitos autorais no sítio: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceditec/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>
- Quando a imagem também é *link* para conteúdo ou *download*, coloque o texto alternativo descrevendo o *link* (aba **Avançado**).
- Não use *gifs* (imagens animadas) para ilustrar, ou botões de acesso. O movimento cansa e atrapalha a visão do usuário.

Outras recomendações:

- Anexe arquivos de preferência no formato PDF (Portable Document Format).
- Tome cuidado com a linguagem escrita e/ou termos utilizados. Faça revisão ortográfica e, se necessário, peça auxílio ao professor de Português. Não anexe arquivos superiores a 2 MB.
- Não coloque textos longos, pois não é apropriado. O usual é colocar um recorte/chamada/comentário e anexar o texto completo (PPP, Regimento Escolar, etc.).

5.5 CRIANDO HIPERLINK

Hiperlink é uma hiperligação ou ligação, é uma referência num documento. Consiste em *links* que são pontos de conexão entre textos, arquivos, ou uma página da Internet. Pode ser uma imagem, palavra ou expressão que permitem acesso a outros

ambientes quando acionados pelo clique do *mouse*, tornando a navegação interativa.

Para que um *link* seja identificado em relação ao texto, deverá aparecer sublinhado e sua cor alterada quando o cursor for posicionado sobre o *link* em questão. Essa padronização é essencial para a navegação e identificação do usuário.

Tanto em conteúdos quanto em notícias, o procedimento é o mesmo. Selecione o texto onde será inserido o *link*. Na barra de ferramentas, clique sobre o ícone de **Inserir/Editar Hiperlink**.

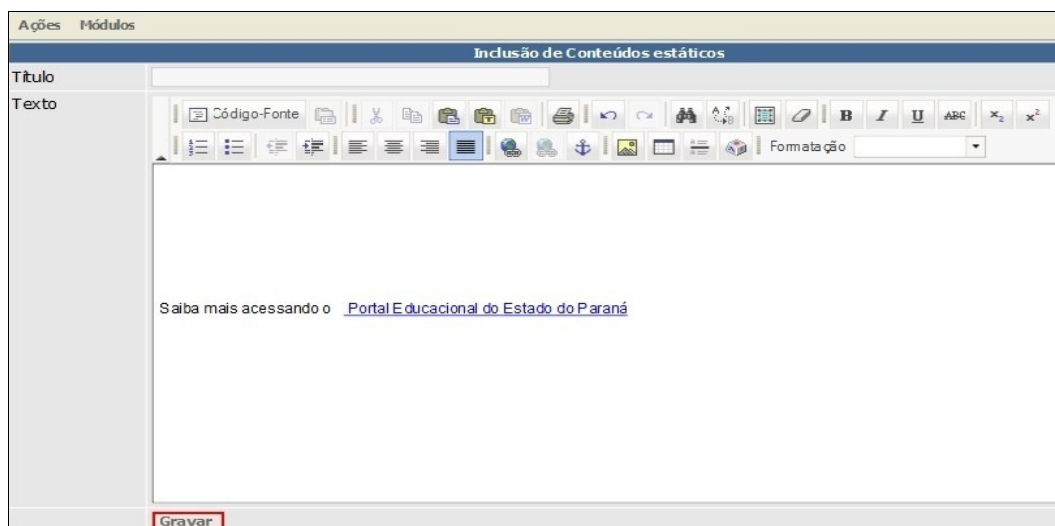
A janela **Hiperlink**, será aberta. Nela é possível digitar ou colar o endereço desejado e finalizar clicando em **OK**.

The screenshot shows the 'Hiperlink' dialog box with the 'Informações do hiperlink' tab selected. The 'Tipo de hiperlink' is set to 'URL'. The 'Protocolo' is 'http://' and the 'URL do hiperlink' is 'www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/index.php?PHPSESSID='. There is a button 'Atribuir ao link' and 'OK' and 'Cancelar' buttons at the bottom.

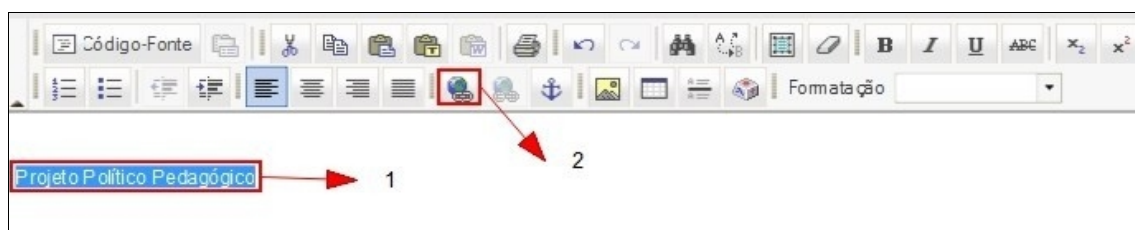
Quando for necessário que o *link* inserido abra em nova aba/janela, deve-se inserir o *link* no campo URL e seleccionar a aba **Informações de destino**. Na opção **Destino**, selecione “Nova Janela (_blank)” (1) e no campo **Nome do Frame de Destino** aparecerá “_blank”. Clique em **OK** para concluir (2).

The screenshot shows the 'Hiperlink' dialog box with the 'Informações de destino' tab selected. The 'Destino' dropdown is set to 'Nova Janela (_blank)' (labeled with a red arrow and '1'). The 'Nome do Frame de Destino' text field contains '_blank'. The 'OK' button is highlighted with a red box and a red arrow labeled '2'. The 'Cancelar' button is also visible.

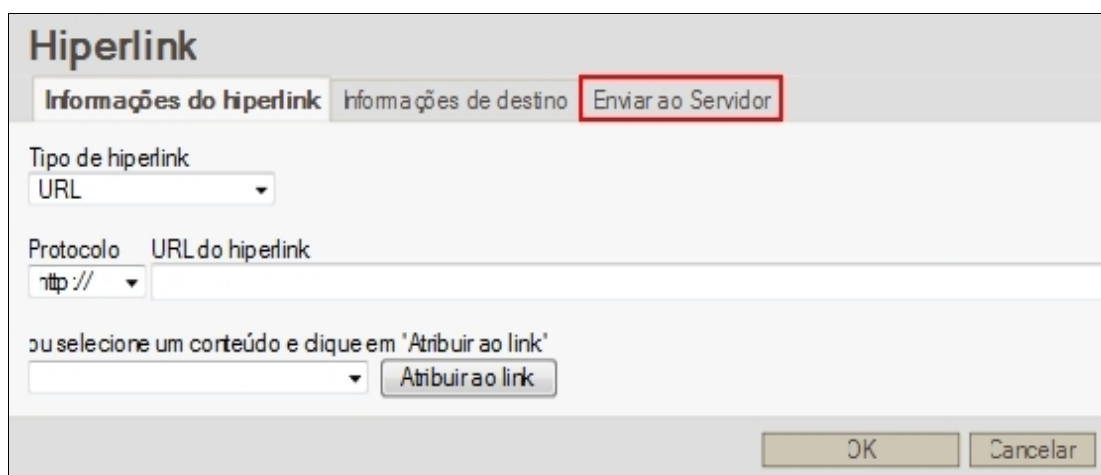
Para salvar as alterações, clique no botão **Gravar**.



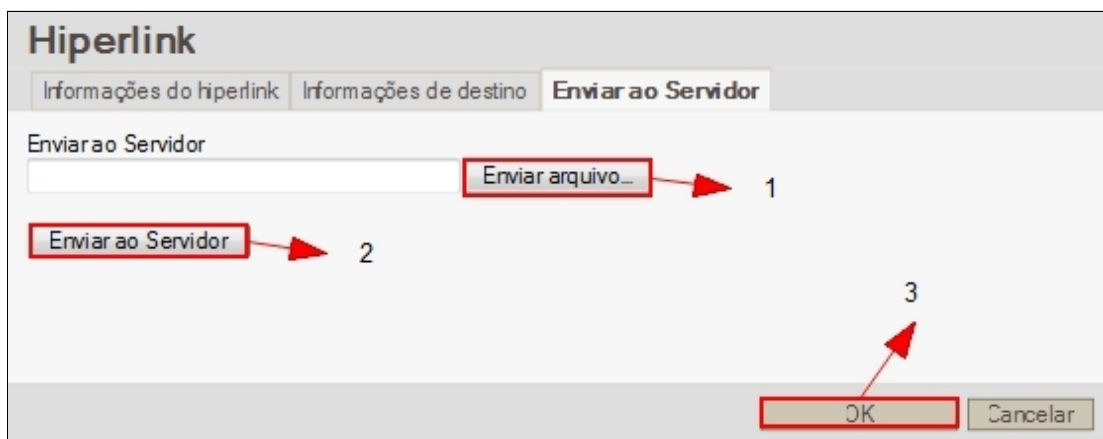
Para criar um *link* de arquivo, selecione o texto (1) e clique no ícone **Inserir/Editar Hiperlink** (2).



A janela de **Hiperlink**, será aberta. Clique sobre a aba **Enviar ao Servidor**.



Na janela que se abre, localize o arquivo. Clique em **Enviar arquivo** (1) e localize o arquivo no computador ou repositório. Depois, clique em **Enviar ao Servidor** (2). Note que o arquivo ficou armazenado no servidor. Clique sobre o arquivo enviado e a janela fechará automaticamente. Para finalizar o *link*, basta clicar em **OK** (3).



Para salvar as alterações do texto, clique em **Gravar**.

Conforme informado no *Tutorial de inserção de conteúdos no Portal Dia-a-dia Educação* (PARANÁ, 2010), a formatação de *links* deve seguir as seguintes orientações:

- Quando uma palavra tiver a função de *link*, o tamanho será mantido, ficando apenas sublinhado.
- Um *link* nunca pode direcionar diretamente para um *download* sem estar acompanhado do texto descritivo e ícone referente à função.
- Para descrever os *links*, usar textos curtos e que tenham significado: “Baixe em PDF”, “Baixe o arquivo”, “Acesse o vídeo”.

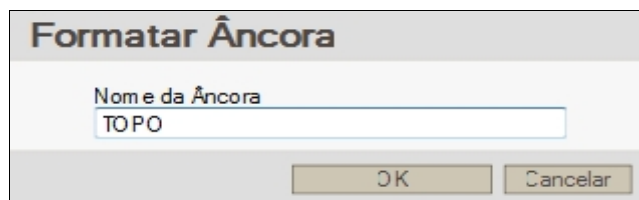
5.6 INSERINDO ÂNCORA

A função da âncora é interligar parte de um texto a outro texto no mesmo documento. Ou seja, são *links* no mesmo documento.

Para criar um *link* na própria página é necessário, inicialmente, criar uma âncora. Posicione o cursor onde deseja criar a âncora e clique no ícone **Inserir/Editar Âncora**.



Em seguida, nomear a âncora (exemplo: Topo, Início, etc.) e clicar em **OK**. Para salvar, clique em **Alterar**.



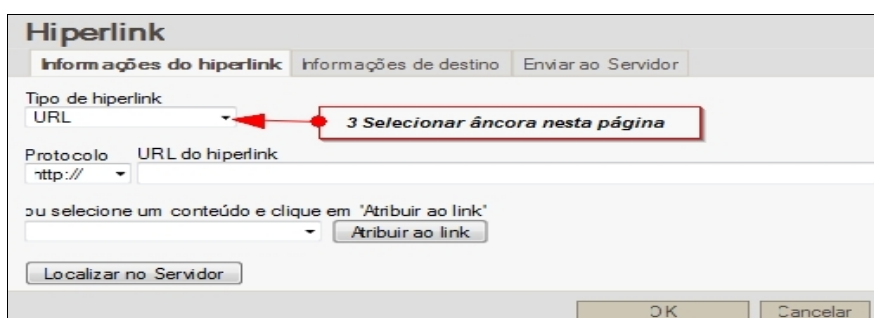
Para inserir *link*, basta digitar uma palavra (exemplo: Voltar, Ir para o início) ou inserir um ícone (exemplo: ↑ ↓) onde deseja fazer âncora e selecionar. Depois, clique no ícone **Inserir/Editar Hiperlink**.



Em **Tipo de Hiperlink** (onde está URL), escolha a opção “Âncora nesta página” (1) e depois clique em **OK** (2).

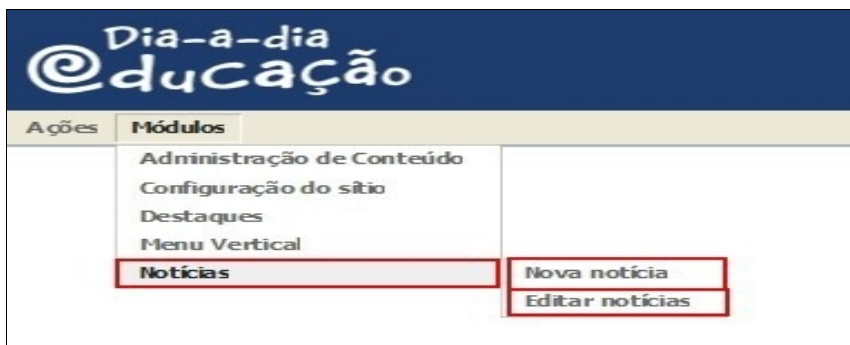


Selecione a âncora pelo nome dado e clique em **OK**. Para salvar, clique em **Alterar**.



5.7 GERENCIANDO AS NOTÍCIAS DA ESCOLA

O menu **Notícias** aparece na página inicial do sítio. Neste, é possível publicar ou editar notícias.



5.8 PUBLICANDO E EDITANDO NOTÍCIA

Para publicar uma nova notícia, em **Módulo**, clique em **Notícias / Nova notícia**. Na janela que se abre, preencha os itens solicitados. Insira o título no campo **Título**. No campo **Escopo**, coloque a chamada da notícia e uma imagem que a represente alinhada à esquerda do texto. Siga as instruções de inserção e formatação de imagem que constam nas páginas 28 e 33. No campo **Texto complementar**, insira o texto da notícia. É importante constar no início do texto o nome do autor da matéria e da instituição, bem como, no final, se houver, a referência (em caso de cópia integral de notícias de sítios externos: jornais, revistas, entre outros). Defina hora/data para publicação e validade da notícia. Para gravar, clique em **Salvar**.

Dia-a-dia Educação

Ações Módulos

Nova notícia Editar notícias

Publicar uma nova notícia

Publicar notícia

Título *

Assunto Assunto ▾

Autor ntsolidiarocha ▾

Escopo

Código-Fonte

B I U ABC x₂ x_x Formatação ▾

Formato

Código-Fonte

B I U ABC x₂ x_x Formatação ▾

Formato

Selecionar arquivo Enviar arquivo ...

Opciones

Definir data/hora para publicação Definir data/hora para publicação YYYY/MM/DD 16:00 ▾

Definir data/hora de validade Definir data/hora de validade YYYY/MM/DD 16:00 ▾

Salvar Clicar para salvar

Para editar uma notícia após sua publicação, em **Módulos**, acesse **Notícias / Editar notícias**. Altere a notícia e clique em **Salvar**.





Dia-a-dia
@ducação

Ações Módulos

Nova notícia Editar notícias

Administração do módulo de notícias

As últimas 10 notícias

X	Editar	Buscar notícia pelo número	Título	Assunto	Publicada em	Leituras
<input type="checkbox"/>		25	09/12/09 - 09/11/09 – PROFESSOR E ALUNOS DO C.E. OLÍDIA ROCHA FAZEM SHOW DA FÍSICA AO AR LIVRE. Leia mais...	Assunto	9/12/2009 22:00:00	1
<input type="checkbox"/>		24	09/12/09 - FORMATURA EM POEMA. Leia mais...	Assunto	9/12/2009 21:50:00	3
<input type="checkbox"/>		8	26/06/09 - Emoção na despedida de professor.	Assunto	26/6/2009 9:30:00	21
<input type="checkbox"/>		7	24/06/09 - ADM Local repassa dicas e informações à professores.	Assunto	24/6/2009 11:00:00	12

Excluir selecionadas

Buscar notícia pelo número Editar

Segundo o *Tutorial de inserção de conteúdos no Portal Dia-a-dia Educação* (PARANÁ, 2010),

- o escopo das notícias deverá apresentar a informação “Leia Mais”, indicando que

há mais texto a ser lido e remetendo à leitura integral da notícia.

- os títulos das notícias não devem ultrapassar o tamanho de uma linha.
- o escopo deverá ter, no máximo, cinco linhas.
- a notícia completa não deverá ultrapassar o tamanho de uma lauda. Ela deve conter, aproximadamente, 900 palavras ou 5.300 caracteres.
- a *web*, os textos das notícias devem iniciar com as informações mais importantes, pelo resultado. Para a leitura integral da notícia, utilizar o “Saiba Mais” ou o *disclaimer* “Leia a notícia na íntegra no sítio (inserir o endereço do sítio)”. Assim, os leitores interessados serão direcionados à página original da notícia.

6 SAINDO DO ACESSO RESTRITO

Ao finalizar ações administrativas no sítio é importante que não se esqueça de sair da página, impedindo que o usuário fique comprometido ou memorizado no computador e correndo o risco de que outros usuários façam manutenção indevida na página da escola.

Para sair do acesso restrito, na aba **Ações**, clique em **Sair**.



7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Carla Lúcia. Projeto Político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica da ICPG**, v. 3, n. 9, jul./dez. 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologia Educacional. Coordenação de Mídias Impressa e Web. **Tutorial de inserção de conteúdos no Portal Dia-a-dia Educação**. Curitiba: Seed-PR, 2010. No prelo.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coordenação de Gestão Escolar (CGE). Portal Dia-a-dia Educação. **Calendário Escolar**. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69>>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____._____.Coordenação de Gestão Escolar (CGE). Portal Dia-a-dia Educação. **Conselho de Classe**. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____._____.Coordenação de Gestão Escolar (CGE). Portal Dia-a-dia Educação. **Organização do Trabalho Pedagógico**. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____._____.**Portal Dia-a-dia Educação**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____._____.Portal Dia-a-dia Educação. **Grêmios Estudantis**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/porta/gremio/como_organizar.php>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____._____.Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. **Caderno de apoio à elaboração do Estatuto da APMF**. 2. ed. Curitiba: Seed-PR, 2009.

_____._____.Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. **Subsídios para elaboração do Estatuto do Conselho Escolar**. 2. ed. Curitiba: Seed-PR, 2009.

_____._____.Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. **Subsídios para elaboração do Estatuto do Grêmios Estudantis na Rede Estadual de Ensino do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Seed-

PR, 2009.

_____._____.Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. **Subsídios para elaboração do Regimento Escolar**. Escolar. 2. ed. Curitiba: Seed-PR, 2008. 96 p.

PINTO, Andréa Cristina Ferreira. **Instruções para construção dos sites das escolas públicas estaduais do Paraná**. Curitiba: Seed-PR, 2006.

_____._____.**Tutorial do site das escolas**. Curitiba: Seed-PR, 2008.

ANEXO

LEI n. 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I *Disposições Preliminares*

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Art. 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.

Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – publicação – o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

II – transmissão ou emissão – a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

III – retransmissão – a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

IV – distribuição – a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

V – comunicação ao público – ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VI – reprodução – a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

VII – contrafação – a reprodução não autorizada;

VIII – obra:

a) em coautoria – quando é criada em comum, por dois ou mais autores;

b) anônima – quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;

c) pseudônima – quando o autor se oculta sob nome suposto;

d) inédita – a que não haja sido objeto de publicação;

e) póstuma – a que se publique após a morte do autor;

f) originária – a criação primígena;

g) derivada – a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

h) coletiva – a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;

i) audiovisual – a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

IX – fonograma – toda fixação de sons de uma execução ou interpretação ou de outros sons, ou de uma representação de sons que não seja uma fixação incluída em uma obra audiovisual;

X – editor – a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;

XI – produtor – a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade econômica da primeira fixação do fonograma ou da obra audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte utilizado;

XII – radiodifusão – a transmissão sem fio, inclusive por satélites, de sons ou imagens e sons ou das representações desses, para recepção ao público e a transmissão de sinais codificados, quando os meios de decodificação sejam oferecidos ao público pelo organismo de radiodifusão ou com seu consentimento;

XIII – artistas intérpretes ou executantes – todos os atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore.

Art. 6º. Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

TÍTULO II *Das Obras Intelectuais*

CAPÍTULO I *Das Obras Protegidas*

Art. 7º. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I – os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II – as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;

III – as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV – as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V – as composições musicais, tenham ou não letra;

VI – as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII – as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII – as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX – as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X – os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI – as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII – os programas de computador;

XIII – as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§1º. Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º. A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º. No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Art. 8º. Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I – as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II – os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III – os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV – os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V – as informações de uso comum, tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI – os nomes e títulos isolados;

VII – o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras.

Art. 9º. A cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10º. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

CAPÍTULO II

Da Autoria das Obras Intelectuais

Art. 11. Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Art. 14. É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 15. A coautoria da obra é atribuída àqueles em cujo nome, pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

§ 1º. Não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.

§ 2º. Ao coautor, cuja contribuição possa ser utilizada separadamente, são asseguradas todas as faculdades inerentes à sua criação como obra individual, vedada, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da obra comum.

Art. 16. São coautores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

Parágrafo único. Consideram-se coautores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra audiovisual.

Art. 17. É assegurada a proteção às participações individuais em obras coletivas.

§ 1º. Qualquer dos participantes, no exercício de seus direitos morais, poderá proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada.

§ 2º. Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva.

§ 3º. O contrato com o organizador especificará a contribuição do participante, o prazo para entrega ou realização, a remuneração e demais condições para sua execução.

CAPÍTULO III *Do Registro das Obras Intelectuais*

Art. 18. A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

Art. 19. É facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no *caput* e no § 1º. do art. 17 da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Art. 20. Para os serviços de registro previstos nesta Lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais.

Art. 21. Os serviços de registro de que trata esta Lei serão organizados conforme preceitua o § 2º. do art. 17 da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

TÍTULO III *Dos Direitos do Autor*

CAPÍTULO I *Disposições Preliminares*

Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

Art. 23. Os coautores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.

CAPÍTULO II *Dos Direitos Morais do Autor*

Art. 24. São direitos morais do autor:

I – o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II – o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III – o de conservar a obra inédita;

IV – o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V – o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI – o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII – o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º. Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º. Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º. Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 25. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.

Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.

Parágrafo único. O proprietário da construção responde pelos danos que causar ao autor sempre que, após o repúdio, der como sendo daquele a autoria do projeto repudiado.

Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

CAPÍTULO III

Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração

Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

- I – a reprodução parcial ou integral;
- II – a edição;
- III – a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- IV – a tradução para qualquer idioma;
- V – a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- VI – a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;
- VII – a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- VIII – a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:
 - a) representação, recitação ou declamação;
 - b) execução musical;
 - c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;
 - d) radiodifusão sonora ou televisiva;
 - e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;
 - f) sonorização ambiental;
 - g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;
 - h) emprego de satélites artificiais;
 - i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;
 - j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;
- IX – a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;
- X – quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º. O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º. Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que

permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de coautoria não for divisível, nenhum dos coautores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º. Havendo divergência, os coautores decidirão por maioria.

§ 2º. Ao coautor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.

§ 3º. Cada coautor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.

Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.

Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.

Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de sequência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.

Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.

Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o *caput* deste artigo.

Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em coautoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos coautores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do coautor que falecer sem sucessores.

Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua

divulgação.

Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I – as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II – as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.

CAPÍTULO IV

Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I – a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II – a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV – o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V – a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI – a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII – a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII – a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

CAPÍTULO V

Da Transferência dos Direitos de Autor

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:

I – a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;

II – somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;

III – na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;

IV – a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;

V – a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;

VI – não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§ 1.º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2.º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.

Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de coautor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

TÍTULO IV

Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas

CAPÍTULO I

Da Edição

Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.

Parágrafo único. Em cada exemplar da obra o editor mencionará:

I – o título da obra e seu autor;

II – no caso de tradução, o título original e o nome do tradutor;

III – o ano de publicação;

IV – o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 54. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística ou científica em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

Art. 55. Em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá:

I – considerar resolvido o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra;

II – editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento proporcional do preço;

III – mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.

Parágrafo único. É vedada a publicação parcial, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro ou se assim o decidirem seus sucessores.

Art. 56. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.

Parágrafo único. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de três mil exemplares.

Art. 57. O preço da retribuição será arbitrado, com base nos usos e costumes, sempre que no contrato não a tiver estipulado expressamente o autor.

Art. 58. Se os originais forem entregues em desacordo com o ajustado e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, ter-se-ão por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 59. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 60. Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embaraçar a circulação da obra.

Art. 61. O editor será obrigado a prestar contas mensais ao autor sempre que a retribuição deste estiver condicionada à venda da obra, salvo se prazo diferente houver sido convencionado.

Art. 62. A obra deverá ser editada em dois anos da celebração do contrato, salvo prazo diverso estipulado em convenção.

Parágrafo único. Não havendo edição da obra no prazo legal ou contratual, poderá ser rescindido o contrato, respondendo o editor por danos causados.

Art. 63. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra, cabendo ao editor o ônus da prova.

§ 1º. Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

§ 2º. Considera-se esgotada a edição quando restarem em estoque, em poder do editor, exemplares em número inferior a dez por cento do total da edição.

Art. 64. Somente decorrido um ano de lançamento da edição, o editor poderá vender, como saldo, os exemplares restantes, desde que o autor seja notificado de que, no prazo de trinta dias, terá prioridade na aquisição dos referidos exemplares pelo preço de saldo.

Art. 65. Esgotada a edição, e o editor, com direito a outra, não a publicar, poderá o autor notificá-lo a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder por danos.

Art. 66. O autor tem o direito de fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe aprouver.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam sua reputação ou aumentem sua responsabilidade.

Art. 67. Se, em virtude de sua natureza, for imprescindível a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

CAPÍTULO II

Da Comunicação ao Público

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

§ 1º. Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

§ 2º. Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas

e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º. Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

§ 4º. Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.

§ 5º. Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.

§ 6º. O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.

§ 7º. As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.

Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.

Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.

Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.

Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.

Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em coautoria, não poderá qualquer dos coautores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.

Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

CAPÍTULO III

Da Utilização da Obra de Arte Plástica

Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.

Art. 78. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve se fazer por escrito e se presume onerosa.

CAPÍTULO IV

Da Utilização da Obra Fotográfica

Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.

§ 1º. A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.

§ 2º. É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

CAPÍTULO V

Da Utilização de Fonograma

Art. 80. Ao publicar o fonograma, o produtor mencionará em cada exemplar:

- I – o título da obra incluída e seu autor;
- II – o nome ou pseudônimo do intérprete;
- III – o ano de publicação;
- IV – o seu nome ou marca que o identifique.

CAPÍTULO VI

Da Utilização da Obra Audiovisual

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º. A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º. Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

- I – o título da obra audiovisual;
- II – os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais coautores;
- III – o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;
- IV – os artistas intérpretes;
- V – o ano de publicação;
- VI – o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 82. O contrato de produção audiovisual deve estabelecer:

- I – a remuneração devida pelo produtor aos coautores da obra e aos artistas intérpretes e executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;
- II – o prazo de conclusão da obra;
- III – a responsabilidade do produtor para com os coautores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de coprodução.

Art. 83. O participante da produção da obra audiovisual que interromper, temporária ou definitivamente, sua atuação, não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra nem a que terceiro a substitua, resguardados os direitos que adquiriu quanto à parte já executada.

Art. 84. Caso a remuneração dos coautores da obra audiovisual dependa dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor lhes prestará contas semestralmente, se outro prazo não houver sido pactuado.

Art. 85. Não havendo disposição em contrário, poderão os coautores da obra audiovisual utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra audiovisual no prazo ajustado ou não iniciar sua exploração dentro de dois anos, a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º. do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.

CAPÍTULO VII

Da Utilização de Bases de Dados

Art. 87. O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá o direito exclusivo, a respeito da forma de expressão da estrutura da referida base, de autorizar ou proibir:

- I – sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo;
- II – sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação;
- III – a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público;
- IV – a reprodução, distribuição ou comunicação ao público dos resultados das operações mencionadas no inciso II deste artigo.

CAPÍTULO VIII

Da Utilização da Obra Coletiva

Art. 88. Ao publicar a obra coletiva, o organizador mencionará em cada exemplar:

- I – o título da obra;
- II – a relação de todos os participantes, em ordem alfabética, se outra não houver sido convencionada;
- III – o ano de publicação;
- IV – o seu nome ou marca que o identifique.

Parágrafo único. Para valer-se do disposto no § 1º. do art. 17, deverá o participante notificar o organizador, por escrito, até a entrega de sua participação.

TÍTULO V

Dos Direitos Conexos

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 89. As normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão.

Parágrafo único. A proteção desta Lei aos direitos previstos neste artigo deixa intactas e não afeta as garantias asseguradas aos autores das obras literárias, artísticas ou científicas.

CAPÍTULO II

Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes

Art. 90. Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir:

- I – a fixação de suas interpretações ou execuções;
- II – a reprodução, a execução pública e a locação das suas interpretações ou execuções fixadas;
- III – a radiodifusão das suas interpretações ou execuções, fixadas ou não;
- IV – a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira

que qualquer pessoa a elas possa ter acesso, no tempo e no lugar que individualmente escolherem;

V – qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.

§ 1º. Quando na interpretação ou na execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

§ 2º. A proteção aos artistas intérpretes ou executantes estende-se à reprodução da voz e imagem, quando associadas às suas atuações.

Art. 91. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Parágrafo único. A reutilização subsequente da fixação, no País ou no exterior, somente será lícita mediante autorização escrita dos titulares de bens intelectuais incluídos no programa, devida uma remuneração adicional aos titulares para cada nova utilização.

Art. 92. Aos intérpretes cabem os direitos morais de integridade e paternidade de suas interpretações, inclusive depois da cessão dos direitos patrimoniais, sem prejuízo da redução, compactação, edição ou dublagem da obra de que tenham participado, sob a responsabilidade do produtor, que não poderá desfigurar a interpretação do artista.

Parágrafo único. O falecimento de qualquer participante de obra audiovisual, concluída ou não, não obsta sua exibição e aproveitamento econômico, nem exige autorização adicional, sendo a remuneração prevista para o falecido, nos termos do contrato e da lei, efetuada a favor do espólio ou dos sucessores.

CAPÍTULO III

Dos Direitos dos Produtores Fonográficos

Art. 93. O produtor de fonogramas tem o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar-lhes ou proibir-lhes:

I – a reprodução direta ou indireta, total ou parcial;

II – a distribuição por meio da venda ou locação de exemplares da reprodução;

III – a comunicação ao público por meio da execução pública, inclusive pela radiodifusão;

IV – (Vetado)

V – quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 94. Cabe ao produtor fonográfico perceber dos usuários a que se refere o art. 68, e parágrafos, desta Lei os proventos pecuniários resultantes da execução pública dos fonogramas e reparti-los com os artistas, na forma convencionada entre eles ou suas associações.

CAPÍTULO IV

Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão

Art. 95. Cabe às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos na programação.

CAPÍTULO V

Da Duração dos Direitos Conexos

Art. 96. É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à execução e representação pública, para os demais casos.

TÍTULO VI

Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos

Art. 97. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os autores e os titulares de direitos conexos associarem-se sem intuito de lucro.

§ 1º. É vedado pertencer a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza.

§ 2º. Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem.

§ 3º. As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.

Art. 98. Com o ato de filiação, as associações tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.

Parágrafo único. Os titulares de direitos autorais poderão praticar, pessoalmente, os atos referidos neste artigo, mediante comunicação prévia à associação a que estiverem filiados.

Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.

§ 1º. O escritório central organizado na forma prevista neste artigo não terá finalidade de lucro e será dirigido e administrado pelas associações que o integrem.

§ 2º. O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.

§ 3º. O recolhimento de quaisquer valores pelo escritório central somente se fará por depósito bancário.

§ 4º. O escritório central poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do empresário numerário a qualquer título.

§ 5º. A inobservância da norma do parágrafo anterior tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos de um terço dos filiados de uma associação autoral poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão das contas prestadas a seus representados.

TÍTULO VII

Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 101. As sanções civis de que trata este Capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis.

CAPÍTULO II

Das Sanções Civis

Art. 102. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da

divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.

Art. 103. Quem editar obra literária artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 104. Quem vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior.

Art. 105. A transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas, realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares, deverão ser imediatamente suspensas ou interrompidas pela autoridade judicial competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis; caso se comprove que o infrator é reincidente na violação aos direitos dos titulares de direitos de autor e conexos, o valor da multa poderá ser aumentado até o dobro.

Art. 106. A sentença condenatória poderá determinar a destruição de todos os exemplares ilícitos, bem como as matrizes, moldes, negativos e demais elementos utilizados para praticar o ilícito civil, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles unicamente para o fim ilícito, sua destruição.

Art. 107. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto no art. 103 e seu parágrafo único, quem:

I – alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;

II – alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;

III – suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;

IV – distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:

I – tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;

II – tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor;

III – tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

Art. 109. A execução pública feita em desacordo com os arts. 68, 97, 98 e 99 desta Lei sujeitará os responsáveis a multa de vinte vezes o valor que deveria ser originariamente pago.

Art. 110. Pela violação de direitos autorais nos espetáculos e audições públicas, realizados nos locais ou estabelecimentos a que alude o art. 68, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem solidariamente com os organizadores dos espetáculos.

Da Prescrição da Ação

Art. 111. (Vetado)

TÍTULO VIII *Disposições Finais e Transitórias*

Art. 112. Se uma obra, em consequência de ter expirado o prazo de proteção que lhe era anteriormente reconhecido pelo § 2º. do art. 42 da Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, caiu no domínio público, não terá o prazo de proteção dos direitos patrimoniais ampliado por força do art. 41 desta Lei.

Art. 113. Os fonogramas, os livros e as obras audiovisuais sujeitar-se-ão a selos ou sinais de identificação sob a responsabilidade do produtor, distribuidor ou importador, sem ônus para o consumidor, com o fim de atestar o cumprimento das normas legais vigentes, conforme dispuser o regulamento.

Art. 114. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Art. 115. Ficam revogados os arts. 649 a 673 e 1.346 a 1.362 do Código Civil e as Leis ns. 4.944, de 6 de abril de 1966; 5.988, de 14 de dezembro de 1973, excetuando-se o art. 17 e seus §§ 1º. e 2º. * ; 6.800, de 25 de junho de 1980; 7.123, de 12 de setembro de 1983; 9.045, de 18 de maio de 1995, e demais disposições em contrário, mantidas em vigor as Leis ns. 6.533, de 24 de maio de 1978 e 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º. da Independência e 110º. da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Weffort

** Do Registro das Obras Intelectuais*

Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 1º. Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade.

§ 2º. O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá, a qualquer tempo, reorganizar os serviços de registro, conferindo a outros órgãos as atribuições a que se refere este artigo.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE APOIO AO USO DE TECNOLOGIAS
Rua Salvador Ferrante, 1.651 – Boqueirão
CEP 81 670-390 – Curitiba – Paraná
<http://www.diaadia.pr.gov.br/autec/>